

OS CONFLITOS AMBIENTAIS NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CAETÉS-PE¹

Emílio de Britto Negreiros²

RESUMO

Este trabalho discute os processos que permitiram a constituição de um campo ambiental pela atuação de um movimento em defesa da mata de Caetés, originalmente surgido de bases populares, para evidenciar seus aspectos mais importantes que marcaram a construção socioambiental da mata como uma área protegida, hoje denominada Estação Ecológica de Caetés. Ao mesmo tempo em que se vincula ao movimento ambientalista, é objeto de uma política ambiental de governo que em tese se estruturou para responder às demandas do referido movimento. As dificuldades geradas pela “ausência” governamental não impediram, todavia, que fossem estabelecidas formas alternativas de gestão que permitissem garantir minimamente a participação comunitária como uma estratégia de defesa e pressão por uma política ambiental na área.

PALAVRAS-CHAVE

Conflitos Ambientais, Sociologia Ambiental, Estação Ecológica de Caetés.

¹ Este trabalho é versão revista e modificada de um dos capítulos de minha tese de doutorado (NEGREIROS, 2008) que contou com o apoio financeiro da Capes, através de bolsa concedida durante sua realização.

² Professor Adjunto IV do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Ligado ao LAE RURAL – Laboratório de Estudos sobre o Rural, ao NUCEM – Núcleos de Estudos sobre Cidadania e ao OMT-PE – Observatório do Mercado de Trabalho em Pernambuco. E-mail: ebnegreiros@gmail.com

Introdução

A Estação Ecológica de Caetés é uma importante unidade de conservação, situada na Região Metropolitana do Recife. É, portanto, um espaço protegido, situado em área urbana. Este artigo discute, neste sentido, os processos que permitiram a constituição de um *campo ambiental*³ pela atuação de um movimento em defesa da mata de Caetés, originalmente surgido de bases populares⁴. Em meio a isso, é feito, sempre que preciso, respeitando-se a cronologia dos fatos, uma descrição histórica sucinta das principais fases, para evidenciar seus aspectos mais importantes que marcaram a *construção socioambiental* da mata de Caetés como área protegida, vinculada tanto ao movimento ambientalista, na sua versão local, quanto a uma política ambiental de governo que *pari passu* precisou ser elaborada para acompanhar as demandas do referido movimento. Até os dias de hoje, na Estação Ecológica de Caetés se observa esta tensão constitutiva da política ambiental no Estado de Pernambuco em sua relação ubíqua com o ambientalismo local. O intuito dessa descrição cronológica não é o de

³ Tomando de empréstimo o conceito de campo de Bourdieu (2003), pensamos, aqui, o campo ambiental como o lugar onde se estruturam e se dinamizam as relações de poder e dominação, o discurso e os conflitos ambientais. Somente enquanto se movimentam neste campo é que é possível identificar quem são os atores que se articulam, porque se articulam e quais são os interesses em jogo. Baseado nos acontecimentos surgidos deste campo é que se elaboram as políticas e as não-políticas ambientais que ora são articuladoras do campo, ora são objeto do dissenso frequentemente presente.

⁴ Joan Martinez-Alier (2007), em seu Ecologismo dos pobres, à luz da ecologia política e da economia ecológica, desenvolve um argumento bastante interessante à respeito de correntes do ecologismo/ambientalismo, cujas bases são justamente as questões sociais implicadas às populações pobres e periféricas do mundo, e como elas se engajam nas lutas por justiça ambiental provocando um enfrentamento necessário aos poderes instituídos e dominantes. No caso de Caetés, estudado por este trabalho, o que se vê é justamente isto, um *ambientalismo dos pobres*, como um contra-poder em defesa da natureza e da vida social numa comunidade periférica da Grande Recife.

limitar a análise, mas o de permitir visualizar as nuances significativas do contexto social. Os elementos contidos, em uma fase e outra, são dinâmicos, portanto, e se estendem necessariamente a todo processo evidenciado, como aspectos interdependentes e interpertinentes, ao longo do texto. É importante ressaltar que este texto, metodologicamente, tem como bases principais as entrevistas com os diversos sujeitos envolvidos direta e indiretamente com a estação ecológica (dentre eles, a gestora, os conselheiros, os moradores do bairro e membros dos grupos que defende a estação⁵, os pesquisadores das universidades⁶, que trabalham na estação, membros do Cipoma⁷, e as informações obtidas através das análises dos documentos oficiais do governo ou da mídia impressa coletados para o trabalho⁸. O texto pressupõe que o *movimento ambientalista em questão conseguiu influenciar a política ambiental do Estado de Pernambuco que, no entanto, paradoxalmente, se revelou como uma forma de garantir a “ausência” do órgão ambiental do governo, e, portanto, do próprio governo, na gestão da Estação Ecológica de Caetés*. O caso de Caetés serve de caso-limite para o entendimento da extensão prática da política ambiental em Pernambuco, considerando a

⁵ Principalmente o Grupo Resistência e as ONGs Ambientalistas, como a ASPAN, SNE, citadas no trabalho.

⁶ Preponderantemente a UFRPE e a UFPE.

⁷ Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente.

⁸ Em minha tese, referida na nota 1 e indicada nas referências bibliográficas, no capítulo introdutório, discorro, com detalhes, sobre os desenhos metodológicos que fundamentaram este artigo. Os entrevistados foram todos aqueles que constituíram ao longo do tempo o movimento em defesa da mata de Caetés, em geral moradores do próprio bairro de Abreu e Lima, vizinhos à estação e que mantém contato com a gestora do lugar, durante as realizações das reuniões do conselho gestor da Esec Caetés. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2003 e 2007.

influência desta política e do movimento ambientalista ao longo dos últimos 40 anos.

O encontro com Caetés⁹: a mata, o aterro e a mobilização

Como aconteceu com a maior parte das áreas de natureza nas zonas de mata atlântica em Pernambuco, Caetés também era um espaço privado, possivelmente lugar de reserva de recursos, de terras, de água e de madeira, dos antigos engenhos de cana existentes no Estado¹⁰. Talvez por essa razão tenha se mantido a mata “intacta” ao longo dos anos que sucederam o período auspicioso da cultura canavieira que por sua necessidade de produção elevada consumia enormes porções de terra, que eram submetidas, por sua vez, a um desgaste acentuado em função do manejo agressivo imposto pela prática das queimadas.

Na ótica da *plantation* açucareira, a mata em pé não tinha valor econômico e as áreas que não eram desmatadas, não o eram ou porque não se encontravam num terreno próprio ao plantio, ou porque se localizavam em trecho próximo aos veios dos rios que abasteciam a propriedade. Numa

⁹ Por uma questão de praticidade, ao longo do texto, utilizaremos o nome “Caetés” como designativo da Estação Ecológica de Caetés.

¹⁰ A Região Metropolitana do Recife é um território que se inscreve na Mesorregião da Mata Pernambucana e é onde se concentra mais de 40% da população do Estado. Segundo Da Fonte, “a grande preocupação das indústrias de açúcar de ampliar a área sob dependência de cada usina, adquirindo sempre uma maior quantidade de terras, tornou a mesorregião da mata pernambucana uma das áreas de maior concentração de propriedade do país” (DA FONTE, 2004, 176).

época em que não existia uma legislação que regulava o uso do solo no sentido da proteção dos recursos naturais, a prática de assim o fazê-lo se situava no âmbito da experiência do cotidiano da atividade agrícola e da tradição do campo, que mantinha na medida do possível uma relação mais dependente e mais estreita com os ciclos naturais¹¹.

Foi assim que essa prática, a despeito de todo o desgaste natural da monocultura canavieira que provocou em toda zona da mata e litoral pernambucanos, fez herdar aos dias de hoje os fragmentos de mata ainda possíveis de encontrar na área metropolitana do Recife¹². São assim denominados fragmentos de mata, pois estão espalhados dispersamente dentro do tecido urbano sem uma ligação direta entre eles, a não ser por possuir a mesma origem ecológica. À revelia do que pregam os ecólogos e os ambientalistas, não existem, para prejuízo do bioma atlântico, os necessários corredores ecológicos, importantes para a troca vital entre estes espaços, permitindo tanto quanto possível uma expansão dos territórios naturais e um intercâmbio entre as espécies viventes nesses locais.

Liberadas do risco da produção agrícola, por muito tempo, os territórios naturais permaneceram “isolados” até que as políticas de urbanização metropolitanas estabeleceram como possibilidade concreta

¹¹ Há uma vasta literatura disponível que trata desse assunto. Ver, por exemplo, os trabalhos clássicos de Nazareth Wanderley sobre o mundo rural brasileiro, em especial, Wanderley (2004).

¹² A esses fragmentos de mata atlântica e a configuração ecológica e política em que estão conformados, inclusive dentro do campo ambiental em Pernambuco, dou o nome metafórico de *Natureza Mínima*, conceito este que desenvolvo em minha tese referida acima.

a redefinição do uso do espaço dando-lhe uma nova função social. Essa função declarava a necessidade de transformar a natureza numa benfeitoria social, como se a sua supressão implicasse num benefício coletivo indispensável ao “progresso” das cidades. A tendência deste progresso era a consequente planificação das áreas de floresta que se impusessem em seu caminho e dificultassem o “desenvolvimento” da cidade.

Em meio a esta postura progressista do padrão urbanizatório, as terras e as matas que hoje se destinam à Caetés¹³ haviam sido compradas, pelo governo pernambucano, em 1982, para serem transformadas no aterro sanitário Timbó II, o que implicaria na devastação total dos 157 hectares da mata Chã Pau-de-Légua, ou mata de Caetés, como comumente é conhecida. À época da desapropriação das terras¹⁴, a área destinada ao aterro passou a pertencer à então Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco (SEPLAN) que, através da então Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM¹⁵), era o órgão responsável pela execução das obras do aterro. O plano do

¹³ A Estação Ecológica de Caetés se localiza no município de Paulista, vizinha ao bairro de Caetés I que fica no município de Abreu e Lima. A estação ocupa 1,54% da cidade e se situa à margem esquerda da PE-18, no Km 2,5 que liga Paulista à Camaragibe, através da Região de Aldeia. A distância em relação ao centro de Recife é de 25 Km. Paulista é um município do litoral norte do estado, com 262.237 habitantes e 93,52km². Caetés I é um bairro superpopuloso, com cerca de 40 mil habitantes e o município de Abreu e Lima tem uma população de 89.039 habitantes (70% rural e 30% urbana), em uma área de 125,99 km² (IBGE, 2000).

¹⁴ O Decreto Estadual n. 7.747/82 dispõe sobre a desapropriação da mata de Caetés.

¹⁵ Atualmente, CONDEPE/FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco.

governo, financiado pelo Banco Mundial¹⁶, previa ainda a construção de outro aterro sanitário na zona sul da cidade do Recife, formando, assim, o sistema metropolitano dos resíduos sólidos (que parece insolúvel até os dias de hoje, tendo em vista a insustentabilidade na coleta, reciclagem e tratamento do lixo na Grande Recife).

A população, pobre e periférica, que acabara de se mudar para Caetés, no início dos anos 1980, tinha acalentado o sonho da casa própria havia bastante tempo. O sentimento coletivo não podia ser senão o de grande satisfação em poder realizá-lo mesmo que modestamente. A COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação) construiu para esse grupo um conjunto de 5.555 casas populares, numa área já muito carente dos recursos básicos da higiene e infra-estrutura cotidiana. Escolas, hospitais, postos de saúde e de trabalho, lazer, eram, senão coisas ausentes, precárias. Morar nesta periferia significava não ter, então opções quanto ao necessário deslocamento para outros pontos da metrópole onde se concentrava - e ainda hoje se concentra - a maioria das ofertas de trabalho. Parte da mão-de-obra qualificada era absorvida pelo Distrito Industrial de Paulista, mas um grande contingente que não

¹⁶ O Banco Mundial estabelece, hoje, como prerrogativa para a aprovação de financiamentos de projetos públicos a preocupação com a variável ambiental dos projetos que devem estar em consonância com os parâmetros definidos pelo conceito de “desenvolvimento sustentável” (VILARINHO, 1992). Àquela época, anterior às discussões do Relatório Brundtland (1987), essa preocupação passava à margem dos projetos. Mesmo em função do caso e das pressões do movimento em Caetés, o Banco Mundial resolveu pedir ao Governo de Pernambuco um estudo de avaliação e adequação do projeto, a fim de evitar o desmate da floresta. Esta atitude (também retórica) gerou um constrangimento político, facilitando tornar mais plausível toda demanda em pauta.

atendia às exigências do trabalho técnico especializado ficava de fora deste mercado.

A área era, por natureza, isolada. Porém, não só a natureza indicava esta condição. O isolamento não só se distinguia pela precariedade dos transportes que aquela época eram escassos, mas também porque, em função da própria *geografia local*, o acesso permanecia difícil, como de certa maneira ainda o é. Embora hoje, as estradas, até um trecho próximo, sejam asfaltadas, até pouco tempo tinham um aspecto de total abandono, o que tornava o percurso penoso e com precária sinalização.

Mesmo tendo em vista essas dificuldades, a compensação pela casa própria gerou um contentamento, que ao tempo em que revelava uma satisfação situada no âmbito dos desejos pessoais, demonstrava traços da peculiaridade do lugar. É o que ficou manifestado na seguinte fala: “*Eu me encantei com Caetés, por causa da mata; amo o verde; amo os pássaros. Cheguei aqui, me senti no paraíso*” (Integrante do Grupo Resistência¹⁷, grifos nossos).

Em que outro lugar próximo do centro urbano seria ainda possível encontrar com relativa facilidade mata, verde e pássaros, tão ligados às casas, que se constituíam numa extensão ecológica dos quintais, ao ponto de que eles pudessem representar a ideia de

¹⁷ Abordaremos mais sobre esse Grupo nas páginas seguintes deste artigo.

*paraíso encantado*¹⁸? Esse era um questionamento que aqueles que estabeleceram os primeiros contatos com o lugar se fizeram ao chegar lá.

Os demais fragmentos de floresta situados naquela localidade, não só a mata de Caetés, compunham a “paisagem natural” que dava ao lugar uma ambiência quase “campestre”, “interiorana”, “ecológica”. Morar num lugar como este, apesar dos problemas, podia representar um privilégio, pelo contato mais próximo com a natureza que inspirava uma certa tranqüilidade e bem-estar. A conquista da casa própria e a “descoberta do paraíso” que representava a mata constituíram, para parte daqueles habitantes, a localidade onde esses elementos estavam presentes como um *lugar de vida*, um *lugar de morar*, e que, pelas dificuldades de acesso ao centro metropolitano (do Recife), o novo bairro situado às margens da floresta, acabou também por se transformar num lugar de trabalho para muitos¹⁹.

O encantamento deste contato, muito vinculado a uma visão romântica da natureza (LÖWY, 2014) ou do “mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 2002), talvez seja o elemento genético que pouco depois permitiria a formação de um movimento que se estruturou e se dinamizou com o objetivo de defender a floresta da ação degradadora do

¹⁸ Cabe aqui citar o clássico trabalho de Sérgio Buarque de Holanda (2010; a primeira edição é de 1959), sobre a formação de uma visão edênica do Brasil, desde os tempos coloniais, que passa a marcar igualmente a constituição da famigerada “identidade nacional” a que se remete uma idéia de natureza, ora negativa, ora positiva. Citamos ainda os trabalhos de Pádua (2004) e Murari (2009).

¹⁹ Estas categorias, lugar de vida e lugar de trabalho, também foram parcialmente desenvolvidas na tese, numa referência direta aos trabalhos da socióloga rural Nazareth Wanderley (2004). Tais categorias de análise nos ajudaram a perceber o lugar como que envolvido por laços de pertencimento criados e construídos cotidianamente pelos sujeitos sociais lá presentes.

“progresso” às avessas (DUPAS, 2012), e, portanto, para estabelecer um contraponto importante no campo ambiental em Pernambuco. A defesa pela permanência da floresta viria a se tornar o grande trunfo para garantir que nem tudo pudesse ser destruído por políticas públicas indesejadas pela comunidade. Além disso, o desejo pela permanência da mata visava também minimamente manter os atributos ecológicos do encantamento paradisíaco e da satisfação que o lugar originalmente oferecia, ao menos àqueles a quem a natureza tocava mais de perto, estimulando uma espécie de identificação. As primeiras sensações provocadas por esses primeiros contatos com o novo mundo que representava Caetés, e especialmente o sentido da relação que se estabeleceu com a natureza da floresta, foram acompanhadas quase que concomitantemente pela ameaça concreta de perda deste “privilegio” de estar tão perto do “paraíso”.

Esta convergência quase sincrônica de sentimentos antagônicos foi um fator preponderante no impulso gerativo do movimento. A constatação de que algo muito sério ameaçava a vida da mata, e conseqüentemente, o bem-estar da comunidade, levou a uma organização inédita num bairro também novo, onde certamente ainda não tinha ocorrido uma mobilização social desta natureza, uma mobilização social pela natureza e pela qualidade de vida.

Diante das inquietações, dúvidas e revoltas causadas pela

presença implacável dos tratores dentro da mata de Caetés, depois de uma intensa mobilização social, a ação socioambiental organizada de um setor representativo da comunidade de Caetés I e de jovens ambientalistas (NEGREIROS, 2008) surgidos dos quadros universitários que apoiaram o movimento, impediu, em 1984, após a conclusão das obras infra-estruturais, a instalação do aterro.

O campo que começava a se desenhar em Caetés alimentou as forças do ativismo ambiental emergente em Pernambuco que encontrou neste movimento uma possibilidade real de construir uma causa significativa. Estimulados pelo ecólogo Vasconcelos Sobrinho, uma das figuras centrais da fase embrionária do movimento ambientalista pernambucano, um grupo de jovens ambientalistas, alunos e professores da Universidade Federal Rural de Pernambuco, fundaram a ASPAN (Associação Pernambucana de Defesa da Natureza), que esteve envolvida nas fases iniciais das mobilizações em Caetés.

A inserção da ONG no cenário do movimento pela defesa da mata de Caetés teve o sentido de dotar o movimento de um viés mais articulado com os valores e racionalidades do ambientalismo (LEFF, 2006). A articulação permitiu estender as redes de contato do movimento, tanto do lado da ASPAN, como do lado de Caetés, para dar maior visibilidade pública à demanda, acionando, tanto quanto possível naquela época, as

instâncias oficiais de governo e a mídia. A entrada da ASPAN no movimento em Caetés permitiu ao grupo dar sentido histórico ao evento que vinha alimentando, como forma de construir uma demanda ambientalista pela defesa dos interesses comunitários.

Por um período importante tanto pra uma, quanto pra outra parte do movimento, a que compunha a representação comunitária e a que formava o ativismo ambientalista mais geral, Caetés se constituiu num dos primeiros casos de defesa ambiental no estado, tendo se tornado, por isso, uma referência histórica do ambientalismo popular (MARTINEZ-ALIER, 2007) em Pernambuco²⁰. A organização comunitária foi a base primeira do movimento ambientalista local. O Grupo Resistência era a face comunitária do campo ambiental e deu origem a associação de moradores do bairro.

Quando a comunidade obteve o êxito final de todo este processo que envolvia as questões do aterro e a área foi finalmente “abandonada” por este interesse político “urbanizatório”, o intuito era o de marcar imediatamente uma presença pública, ou melhor, mais do que isso, um retorno público proporcionado através de um serviço comunitário, para

²⁰ A tendência ambientalista apontada em Caetés é significativa para visualizar o movimento ambientalista como que envolvido com as questões populares e da qualidade de vida dos grupos sociais que habitam a periferia recifense. Este caminho mostra que o ambientalismo pode se expressar de formas distintas, não dizendo respeito somente a grupos que já conquistaram satisfatoriamente suas necessidades básicas. Portanto, não cabe aqui pensar o movimento ambientalista, seja ele a expressão de uma mobilização comunitária, seja ele a expressão de sua tendência em todo o Estado de Pernambuco, como um movimento preocupado com valores pós-materialistas, como é o caso, originalmente dos movimentos ambientalistas nos EUA e Europa Ocidental (FERREIRA, 2002). Como aponta Martinez-Alier (2007), o movimento ambientalista latino-americano possui necessariamente uma característica distinta da de seus amigos primeiro-mundistas, ligando, de uma maneira quase indissolúvel, as causas ambientais às causas sociais dos problemas vividos, permitindo identificar a questão ambiental como uma questão social de primeira grandeza.

garantir a presença permanente da comunidade em Caetés. Aproveitando as instalações já prontas, em função das obras infra-estruturais do aterro, o Grupo Resistência, em sua origem vinculado a uma paróquia local²¹, numa articulação com a Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB), conseguiu uma liberação oficial para a implantação de uma creche comunitária que recebeu o nome de Vitória, alcunha bem representativa do sentimento coletivamente compartilhado. Além da creche, uma horta também foi preparada.

Esses usos, como forma de gerar uma expectativa prolongada da esperança por uma definitiva solução ecológica daquele espaço, ou seja, aquela que permitisse uma proteção especial e decisiva para a floresta, foram contínuos até o ato de regulamentação e implementação da reserva, em 1990. A partir daí, o seu zoneamento impedia uma intervenção social desta natureza, incompatível, paradoxalmente, com a necessidade de preservação ambiental do espaço, o que implicava, agora,

²¹ A Igreja Católica, na sua representação local, teve um papel fundamental na dimensão mística do movimento e na cessão dos espaços da paróquia local para a realização de diversas reuniões de organização e debate do movimento. Como forma de agradecimento *pela fé e pela conquista* com a proteção da mata, foi construída dentro do terreno da estação uma gruta em homenagem à santa a que foi pedida proteção. Este aspecto da espiritualidade contida em tendências do movimento local é um aspecto muito relevante da coesão interna do grupo, no entanto, não nos debruçamos sobre ele como uma questão de pesquisa. Nancy Mangabeira Unger (1991) demonstra do ponto de vista da filosofia, quais os sentidos que podem ter entre ecologia e espiritualidade. Sobre o tema da espiritualidade e da ecologia, ver também Boff (1992; 2004) Além disso, a Igreja Católica em Pernambuco, principalmente na Região Metropolitana do Grande Recife, era influenciada em sua vida político-religiosa pelos princípios da Teologia da Libertação, que teve no Arcebispo de Olinda e Recife Dom Hélder Câmara uma valiosa referência de pensamento e ação, que influenciou a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), das Pastorais, de padres e demais religiosos do quadro da Igreja no referido período histórico.

necessariamente, num distanciamento, no sentido do uso aleatório, humano, sentido este que fora contestado pela mobilização precedente. Esta fase marca um momento de redefinição total desta área protegida, e os processos participativos surgidos a partir de então, tiveram que se restabelecer levando isto em consideração.

O aterro - o problema era menos a construção e o funcionamento do aterro do que o lugar onde seria feito - estava sendo construído sem o conhecimento da população que acabara de se instalar no bairro de Caetés I nas casas construídas pela antiga COHAB. Nas cercas da mata (a mata foi cercada como arame-farpado para supostamente evitar sua invasão; não obstante, é sempre o lugar para onde vão os detentos do presídio próximo em caso de fuga...), placas indicavam à população que a área seria privada, embora os funcionários fossem contratados pela FIDEM, um órgão público.

A ameaça indicada pela possível instalação do aterro sanitário, que do ponto de vista da utilidade pública não representava necessariamente um problema se bem gerido, passou a se constituir numa contra demanda com base na qual foi possível estruturar o movimento.

Dois meses depois que estava aqui, a gente caminhava muito aqui dentro... vimos a construção. A gente perguntava o que era e diziam que era uma fábrica de biscoitos. No momento, eu confesso, que me alegrei porque isso pelo menos ia gerar emprego pra quem

estava chegando sem emprego, ia ser muito bom. Dois meses depois, foi quando tivemos a certeza de que seria um aterro sanitário e para mim era a primeira vez que a gente ouvia falar em aterro sanitário. Eu não sabia do que se tratava, então fui me inteirar do que era um aterro sanitário pra ver se era uma coisa boa pra comunidade ou não. **A gente soube que para aqui viria todo lixo da Região Metropolitana do Recife.** Ai eu disse: aqui é lugar de gente pobre, mas de dignidade e de respeito, e que alimentou o sonho de uma casa própria durante mais de 20 anos... E no ato da comercialização da casa não foi dito que aqui haveria um aterro. **Obrigação de receber lixo de toda Região Metropolitana do Recife, com certeza nós não tínhamos. Então fomos à luta** (Integrante do Grupo Resistência; grifos nossos).

A mobilização em favor da mata e contra o aterro estabeleceu desafios à organização comunitária. Neste momento, algumas alianças começaram a se fazer como forma de amplificar a ação e o governo do estado se tornou o alvo preferencial da “luta”. Foi assim que durante a inauguração de uma escola pública no bairro o movimento realizou seu primeiro manifesto, impedindo, por constrangimento, à presença do governador do Estado que tomou conhecimento através de sua assessoria da causa ambiental que então se apresentava.

O segundo momento de significativa importância para a legitimidade do movimento se deu quando foi realizado no Centro de Convenções de Pernambuco um seminário de meio ambiente, ainda na

década de 1980. A articulação, durante os três dias do evento, ocupou pontos estratégicos do auditório, até que conseguiu chamar à atenção dos ambientalistas presentes e especialmente de um deles, José Lutzemberg²², quando, durante o pronunciamento oficial do governador, estendeu as faixas, cartazes e as palavras de ordem pela preservação integral da mata e pela inviabilização imediata do aterro. O descontentamento do grupo registrado pela imprensa presente facilitou a adesão política ao problema. Foi assim que José Lutzemberg se comprometeu com o movimento de realizar uma visita às obras do aterro, criando assim o primeiro grande constrangimento público que o governo do Estado não podia ignorar.

Quando ele chegou, **viu logo a máquina derrubando a árvore, a árvore deitando, ai ele se desesperou**, levantou o arame e pediu para a gente passar... nós passamos... Quando nós nos aproximamos fomos parados pelos responsáveis... a área era policiada com armamento forte...nós tivemos acesso a escavação que foi feita... algumas pessoas passaram mal... **Lutzemberg chorou, puxou os cabelos, revoltado**, e disse: ‘garanto que pra cá o lixo não vem; o que fizeram por aqui foi um absurdo, um crime; as pessoas deveriam estar presas’. Conseguimos trazer uns engenheiros. Eles ficaram uma semana dentro da mata fazendo estudos e constataram que **foram desmatadas árvores centenárias, árvores em extinção, grande parte da mata foi desmatada** (Integrante do Grupo Resistência; grifos nossos).

²² Ambientalista de projeção nacional, em 1992, durante a Eco 92 veio a se tornar ministro do meio ambiente do governo Collor (1990-1992).

Nas visitas posteriores, o grupo de engenheiros contatados pelo movimento constatou a devastação a que foi submetida a mata e que as obras do aterro não eram compatíveis com as características geológicas do terreno. Engenheiros do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Pernambuco (CREA) foram consultados sobre o projeto da construção do aterro e questionaram o modelo do sistema de resíduos sólidos da Região Metropolitana do Recife, confirmando a suspeita de inadequação da obra do aterro. Esta confirmação técnica de especialistas no assunto, uma forma de “validação científica” do problema ambiental²³ vivido naquele lugar, tornava definitivamente legítima a demanda do movimento pela recuperação e conservação da mata Caetés.

Antes disso, no entanto, houve uma tentativa de dissuasão empreendida pelos técnicos do governo que propuseram ao ambientalista

²³ Hannigan (1995, 75) identifica alguns fatores necessários para a construção social de um problema ambiental: 1) a autoridade científica para a validação de suas exigências; 2) propagadores entre o ambientalismo e a ciência; 3) atenção dos meios de comunicação; 4) dramatização dos problemas em termos simbólicos e visuais; 5) incentivos econômicos para tornar uma ação positiva; e 6) emergência de um patrocinador institucional para assegurar legitimidade e continuidade. Caetés, assim como Uchoa, como veremos no próximo capítulo, em que pesem suas dificuldades singulares, tem suas trajetórias envolvidas também com estes aspectos teóricos e típico-ideais da construção social do problema ambiental. A ASPAN, como já fora ressaltado, e a SNE (Sociedade Nordestina de Ecologia, anos mais tarde), exerceram influência considerável nos pontos 1, 2, 4, 5 e 6, e articularam também a mídia. Muitos de seus militantes ambientalistas eram também professores universitários e, portanto, especialistas, peritos na questão ambiental. As mobilizações respondiam aos protestos simbólicos e visuais. Neste ponto, a racionalidade ambiental (LEFF, 2006) emergente começava a ser formada e expandida nas ações do grupo. Os Incentivos econômicos sempre foram, todavia, muito pontuais e precários, e nunca se constituíram, de fato, numa proposta permanente de gestão. Mesmo quando o próprio governo, mudando de lado, estrategicamente, se transformou também num “patrocinador institucional” do movimento, limitado, é claro, pelo contato que o movimento passou a ter na gestão da estação ecológica. Essa conduta do governo, como será evidenciado depois, acabou por revelar uma tendência da omissão do estado na gestão da área, assumindo sua função apenas do ponto de vista retórico, enquanto se apropriava do discurso ambientalista do movimento em favor de sua propaganda ambiental.

(José Lutzemberg) uma visita (que foi realizada) a outros pontos da periferia metropolitana, onde pessoas eram obrigadas a se submeter a uma vida precária vinculada ao trabalho com o lixo urbano, para que ele pudesse se convencer da necessidade irremediável das instalações de aterros sanitários como forma de impedir aquele tipo de subvida a que estavam expostas centenas de pessoas.

No instante em que as lideranças do movimento pediram um momento para se expressar verbalmente no seminário para ratificar o pedido da visita do ambientalista ao aterro, houve por parte da organização do evento uma tentativa de desqualificação do movimento, quando os microfones tiveram seu som cortado. Isto, no entanto, não foi impedimento da expressão, que foi feita em voz alta. O depoimento reverberou nos cantos do seminário e foi a primeira grande expressão pública de Caetés diante de um problema que ganhava relevância. A insistência da palavra acabou provocando uma ruptura dentro das estruturas governamentais, quando técnicos do órgão responsável pelo aterro começaram a se posicionar contra o próprio trabalho que desempenhavam, a partir do momento em que as inviabilidades técnicas do projeto do aterro não podiam mais ser contraditas.

Todos esses questionamentos chegaram ao conhecimento do Banco Mundial que financiava o sistema. Talvez por isso, por se tratar

de um importante financiador de obras públicas, o governo não tenha demonstrado resistência, sob pena de negativa em outros financiamentos, na suspensão dos trabalhos do aterro, mesmo que isso implicasse em prejuízo financeiro imediato para o Estado. O recuo do governo pode também ter indicado uma certa estratégia política de tentativa, pós-seminário de meio ambiente, de desarticulação do movimento, assim como de não criar problemas para a inviabilização de financiamento por este mesmo banco de outros projetos futuros. A consequência mais imediata desta ação foi o recuo do governo com a ordem para que se criasse um grupo de trabalho para investigar as denúncias da comunidade sobre a real viabilidade da obra. O Banco Mundial e o Governo de Pernambuco concordaram em rever o projeto de construção dos aterros e ouvir os questionamentos dos técnicos e da comunidade que reivindicavam o embargo da obra, tanto por não ter adequação técnica quanto por causar um grande impacto ambiental.

O grupo foi então formado por várias entidades representativas de esferas diferentes de governo: além dos órgãos específicos que tratavam da questão do lixo, as prefeituras de Paulista, Recife e Abreu e Lima compuseram o grupo, embora esta última não tenha indicado representante. A pressão causada pelos líderes comunitários garantiu a participação parcial do Grupo Resistência, célula primeira do movimento

em defesa da mata de Caetés, no grupo de trabalho formado pelo governo para reavaliar a situação do aterro sanitário. Apesar dos protestos, no entanto, a determinação oficial foi a de que o grupo comunitário não teria nenhuma “competência”, segundo a visão governamental, para interferir nos trabalhos da câmara técnica, participando somente na condição de ouvinte. Esta atitude é reveladora da tentativa de desmobilização da demanda por parte do governo, ao não incorporar ao grupo de estudo, justamente aqueles que defenderam a revisão do projeto do aterro. Esta conduta descrente e reticente do governo perante a comunidade se reproduziu em todas as fases que compõem a gestão de Caetés.

O grupo de trabalho, formado por integrantes do mesmo órgão (FIDEM²⁴) que construiu o aterro, constatou que de fato ele não tinha qualquer possibilidade técnica de funcionar. À sua inviabilidade funcional adicionou-se, como fator extraordinário de pressão, um abaixo-assinado, contendo mais de 10 mil assinaturas, dos residentes de Caetés I que se posicionaram peremptoriamente contra os atos governamentais. O abaixo-assinado, iniciado durante o referido seminário de meio ambiente, foi fruto consequente de um manifesto lá realizado, que envolveu, inclusive, os próprios técnicos de governo²⁵.

²⁴ Vale lembrar aqui, que é a FIDEM, este mesmo órgão que esteve originalmente envolvido com os conflitos ambientais em Caetés, que tempos depois passou a elaborar os projetos ambientais do governo, dentre eles, o de criação das reservas ecológicas da Região Metropolitana do Recife.

²⁵ Esta fase política de reorientação das atitudes governamentais em relação às políticas ambientais, forçando-o a observar as orientações já pré-estabelecidas pela política nacional de meio ambiente, de

As lideranças contaram com o apoio, considerado por eles inestimável, da ASPAN, que emprestou ao grupo uma experiência de mobilização ambiental conquistada com a defesa da mata Uchoa²⁶, anos antes. A ASPAN coordenou a ação conjunta contra a instalação do aterro. Esta ONG compôs a câmara técnica para o estudo de avaliação contra a implantação do aterro²⁷. Um ano e oito meses foi o tempo que durou a mobilização até que a comunidade conseguisse impedir a instalação do aterro. Retrospectivamente, as ações do governo em Caetés demonstram, mesmo que algumas demandas tenham sido atendidas e porque foram

1981, nos fez levantar uma hipótese de pesquisa de que é neste momento, a despeito da anterioridade da CPRH, que se cria dentro das estruturas governamentais, setores e técnicos ambientalizados: ambientalistas, que incorporam definitivamente valores do ambientalismo na condução de sua prática de trabalho. Este surgimento estabelece um campo de disputas dentro dos órgãos ambientais do governo, no sentido de definir qual seria a melhor forma de empreender as políticas ambientais, se cedendo aos interesses particulares do capital econômico, ou fazendo valer a ótica da conservação da natureza.

²⁶ Esta mata também foi objeto (não comparativo) de nosso estudo na tese, anteriormente citada. Parte desta mata é hoje uma APA – Área de Proteção Ambiental, de jurisdição municipal. O movimento pela defesa desse território é tão antigo quanto o de Caetés, muito embora nunca tem se tocado.

²⁷ Há uma controvérsia sobre a participação da ASPAN na questão do aterro. Um dos seus membros afirmou em entrevista que esta instituição coordenou o grupo de trabalho nomeado pelo governador. Um ex-integrante da ASPAN, atual integrante da Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE), afirmou que a ASPAN não fez parte do grupo diretamente, mas que ele, que também fazia parte da ASPAN, fez parte do grupo por sua condição de professor universitário. Posteriormente tornou-se diretor de recursos naturais da CPRH (atual Agência Ambiental do Estado de Pernambuco), depois presidente desta instituição, e conselheiro-fundador da SNE, e em 2007 torna-se secretário executivo meio ambiente do Estado, e durante esses momentos participou de fases importantes da gestão de Caetés. Este é um caso interessante de interseção de influências ambientalistas, técnicas e políticas de uma mesma pessoa que atuou em situações distintas em função de um mesmo objetivo. Em entrevista ele afirmou que, independente dos governos democráticos de Pernambuco, não há uma visão clara de política ambiental. A isto ele atribui uma responsabilidade dos dirigentes políticos de cada momento. Esta questão do poder como definidora do campo ambiental torna-se então muito clara e é possível perceber esta mesma afirmação entre outras tantas falas institucionais. Seria, então, interessante observar os níveis de discursos e ações empreendidos por esses atores sociopolíticos que ocuparam funções diversas em razão de um mesmo processo político, como no caso em questão. Essas situações revelam dois momentos do campo ambiental em Pernambuco: o primeiro, de uma certa permeabilidade dos ambientalistas e do ambientalismo nas estruturas de governo; e o segundo, dos conflitos internos, de divergências, do movimento ambientalista e entre os ambientalistas que compõem as suas diversas vertentes. Em certos casos, essas divergências deram origem a novos atores e organizações que passaram a recompor o quadro do ambientalismo em Pernambuco.

só parcialmente atendidas, aparentemente, um desinteresse político institucionalizado.

Essa dificuldade da relação com o governo foi contrabalanceada por outro lado, por um pouco de sorte do movimento e sua presteza em aproveitar as oportunidades favoráveis a ações que geraram bons resultados. Muito provavelmente, se as casas tivessem sido entregues somente depois da instalação do aterro, a mobilização não teria conseguido alterar os planos governamentais (neste ponto a estratégia política do governo falhou). Certamente teria sido muito mais difícil impedir que o aterro parasse de funcionar e a mata existente no espaço não mais existiria, já que uma das últimas fases do projeto era a supressão da floresta para permitir o acesso dos caminhões e o depósito do lixo no aterro. Ao que tudo indica a COHAB tinha conhecimento das obras do aterro. O projeto de construção do conjunto habitacional começou mais ou menos no mesmo período do outro (ou um pouco antes), mas por questões de agenda interna e do cronograma de entrega das casas, e também da incapacidade de articulação interna do governo, consequência da falha na referida estratégia, as casas foram disponibilizadas, antes mesmo, da conclusão dos serviços básicos de infraestrutura, como água e esgoto.

Como as casas já tinham sido entregues e a população, movida pela curiosidade em conhecer mais profundamente o lugar onde morava,

por realizar passeios no bairro “cheio de verde”, ter descoberto a existência daquela “obra ameaçadora”, não restava muito ao governo, que talvez tenha percebido seus erros, ceder e recuar, como forma de criar novos impedimentos, dando a impressão de que estava disposto a avançar nas mudanças esperadas pela comunidade. Este recurso é marca da passividade institucional que quase sempre vem acompanhada das escusas pela escassez de recursos.

A “luta” contra o aterro simbolicamente representou a transição de uma visão romântica (como já mencionamos anteriormente), idealizada, de natureza intocada (DIEGUES, 2002) para uma visão consciente politicamente voltada para a ação social. O movimento feito pela ação se calcou no significado contra-ecológico que passou a ter o aterro. A proposta e todo projeto que envolvia o aterro foi, por ironia, aterrado e sobre ele a mata pode se “reerguer”.

Se não tivesse havido esse fato do aterro sanitário, talvez a gente não tivesse a **consciência do valor do verde** para a comunidade....o aterro chamou a consciência das pessoas para a questão ambiental (Integrante do Grupo Resistência; grifos nossos).

O verde, a natureza, a luta pela defesa da mata e contra o aterro passaram a ter valor, ou seja, importância e significado; e passaram, ao mesmo tempo, a constituir uma racionalidade ambiental (LEFF, 2006),

antagônica, portanto, à racionalidade que movia as ações de governo, significadas pela obra do aterro, e um saber ambiental (LEFF, 2001) fruto de práticas, das vivências e dos conhecimentos que o grupo passava a adquirir com suas ações. Essa construção social da natureza (BERGER, 1998; HANNIGAN, 1995), na medida em que ela passou a ser imediatamente relacionada a um problema para um dado conjunto de pessoas, permitiu sua necessária politização. A natureza, para ser protegida, precisou antes ter sido ameaçada. Tendo em vista esta dimensão, a construção socioambiental também levou em consideração a percepção do risco e a reflexividade que ele estimula (BECK, 1992; GIDDENS, BECK e LASH, 1997). Sem o risco da perda, da impossibilidade e da incerteza as ações possivelmente não teriam sido empreendidas, ou teriam sido empreendidas rumo a outros caminhos de distanciamento em relação à floresta urbana.

Depois desta fase importante e de conquistas significativas, o Grupo Resistência, no entanto, sofreu uma certa dispersão, como consequência, em parte por conta do desgaste provocado pela mobilização, em parte por conta de divergências internas, em certo sentido provocadas pelo vínculo que parte de seus representantes estabeleceram com a ASPAN. Um fato, aparentemente sem importância, mas que gerou conflitos, foi a falta de acordo sobre que destaque, dentro do movimento, dar à ONG. Além disso, a falta de representação jurídica do movimento dificultou o processo de

articulação e reivindicação diretamente com as instituições ambientais competentes, tendo, com isso, de lançar mão de uma intermediação feita, primeiramente pela ASPAN, e depois pela gestora de Caetés, neste caso, uma intervenção de caráter mais personalista.

Esta dispersão não indica, no entanto que não houve mobilizações posteriores capitaneadas por integrantes oriundos do grupo, já que o Grupo Resistência foi incorporado como participante permanente, se tornando o legítimo representante da comunidade de Caetés I²⁸, na fase de gestão da estação em suas reuniões e encontros mensais, como ficará claro mais adiante.

Como colocado antes, em alguns momentos das entrevistas com as lideranças do movimento, foi possível observar uma reticência em relação à mobilização comunitária em favor da mata caso não tivesse havido o conflito criado pelo aterro. Essa história demonstrou que havia uma estratégia do governo de não preservar uma área de natureza mesmo sabendo que ela tinha relevância ecológica. Caso não tivesse havido a resistência contra o aterro a área teria sido devastada sem o conhecimento da população. Mas, por outro lado, se afirma que o aterro chamou a “consciência” das pessoas para a questão ambiental; e que se o aterro não tivesse existido talvez não houvesse “consciência ambiental” a respeito. Embora a reação

²⁸ Quando nos referirmos à comunidade, estamos querendo destacar o seu núcleo representativo, ou seja, os atores socioambientais formados a partir da existência do Grupo Resistência. A participação é neste caso representativa, no sentido de que não é total, nem homogênea, sendo sempre dependente de um conjunto de interesses e necessidades que é definido socialmente.

inicial tivesse sido contra o lixo, logo que tomaram “consciência”, a mata passou a fortalecer o argumento de proteção da área e o argumento passou a ter maior visibilidade política e ser duplamente plausível. Este despertar garantiu a transformação da área mais tarde numa unidade de conservação e a continuidade da participação social nas questões relativas à Caetés.

Natureza protegida, ausência garantida: administrando conflitos

Numa ação coordenada quando o aterro foi impedido, a área foi incluída num outro projeto da FIDEM que identificava as áreas verdes da região metropolitana. O governo, forçado a rever os projetos para a área, acabou transformando os 157 hectares remanescentes de mata atlântica em reserva ecológica junto com mais 39 unidades de conservação na Região Metropolitana do Recife, no ano de 1987, durante o governo Krause²⁹, que, no entanto, não deu prosseguimento à implementação dessas áreas e não criou o cargo funcional de gestor de unidades de conservação.

Mesmo antes da inclusão desta área na lista das reservas ecológicas, Pernambuco poderia, em observância, por exemplo, do código florestal federal³⁰, ter definido esta floresta urbana como Área de Preservação

²⁹ As reservas ecológicas foram criadas pela Lei Estadual n. 9.989/87. Sobre Gustavo Krause, vale lembrar que ele tinha sido Prefeito Biônico do Recife, de 1979 a 1982, onde foi indicado pelo então Governador do Estado de Pernambuco Marco Maciel. Anos depois, foi eleito, pelo voto direto, para vice-governador do então governador de Pernambuco Roberto Magalhães (1983-1986). De 1986 a 1987 assumiu a condição de governador devido ao afastamento de Roberto Magalhães para disputar a eleição para o senado. Foi nesse período que a referida lei estadual foi criada.

³⁰ A Lei Federal n. 4.771/65 instituiu o novo código florestal brasileiro, cuja primeira versão é da dé-

Permanente (APP), ou mesmo ter observado uma legislação mais específica, já que se tratava de um território estratégico para a proteção de mananciais hídricos da Região Metropolitana do Recife³¹. Isto, no entanto, não foi feito, não tendo sido explicadas as razões pelos órgãos ambientais competentes. Por outro lado, no projeto de implantação de Caetés, ocorridos anos mais tarde, o governo declarou que a inclusão da mata na lista das reservas ecológicas estaduais, deveu-se fundamentalmente ao movimento organizado da comunidade de Caetés I, sem cuja atuação isso certamente não teria sido possível.

A criação da reserva ecológica de Caetés, cujo objetivo era o de garantir a preservação dos “recursos naturais” e propiciar as atividades de educação ambiental, foi um fato importante para a história ambiental em Pernambuco (*ainda não escrita...*). A comunidade manteve-se articulada, mesmo depois da dispersão do grupo original, no sentido de conseguir junto aos órgãos competentes a regulamentação prevista em lei, visando estabelecer as condições de preservação e manejo da reserva³². Esse anseio

cada de 1930.

³¹ A reserva, que tem como objetivo a proteção da biodiversidade local, está inserida na bacia hidrográfica do rio Paratibe e do rio Timbó, situando-se, portanto, na área de proteção de mananciais da Região Metropolitana do Recife, regulamentada pela Lei Estadual n. 9.860/86.

³² A lei de criação das reservas da Região Metropolitana do Recife previa que “as condições específicas de preservação e aproveitamento dos recursos naturais das reservas ecológicas serão objetos de regulamentação posterior com base em estudos a serem elaborados para cada uma delas”(artigo 3º). O plano de manejo de Caetés, instrumento imprescindível para a gestão, que representa o reflexo destas condições, não foi implementado até os dias de hoje, embora tenha sido sua primeira fase publicada em 2006, já depois de um longo processo de espera e negociação. Ei-lo: CPRH. *Plano de Manejo Fase I- Estação Ecológica de Caetés*. Recife, 2006. 63p.

da comunidade respaldou-se na vulnerabilidade do território, situado em área de grandes pressões, sujeito a um ritmo acelerado de destruição, decorrente da inexistência de uma política florestal capaz de suprir as necessidades energéticas da região e de um sistema de fiscalização eficaz.

A reserva foi então cedida pela FIDEM em regime de comodato³³ à então Secretaria de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (SEMAC) que disponibilizou os mecanismos institucionais da época para atender à demanda social em torno da área protegida. O programa de implantação de Caetés³⁴, mesmo antes dessa cessão oficial, tinha começado a ser feito, em 1990, quando a Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração de Recursos Hídricos (CPRH), órgão responsável pela reserva, indicando um gestor permanente, articulou-se com a Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente (CIPOMA), para liberação de uma equipe de policiais que atuaria diretamente na proteção da área que estava sendo alvo de desmatamento.

No entanto, ainda hoje, um dos principais problemas na gestão de Caetés é a reduzida equipe técnica e a rotatividade dos policiais da

³³ SEMAC. Contrato de Comodato SEPLAN/SEMAC-Caetés. Recife, 1990.

³⁴ SEMAC. *Projeto de Implantação da Reserva Ecológica de Caetés*. Recife: SEMAC/CPRH, 1990. A CPRH, à época, se vinculava a SEMAC. A elaboração deste projeto foi feita em conjunto com docentes da área de botânica, zoologia, biologia e engenharia florestal da UFPE e UFRPE; com setores da comunidade representados pelo Grupo Resistência de Caetés I, Grupo Ecológico de Caetés I, Associação de Moradores de Caetés I, Comunidade Pró-Grêmio Estudantil de Caetés I, Creche Vitória, Brigada Ecológica Chico Mendes; com ambientalistas da ASPAN; com os quadros técnicos ambientais do governo (federal e estadual), dentre os quais alguns são oriundos do movimento e de ONG's ambientalistas.

CIPOMA, cujo efetivo na área é também reduzido em consequência das prioridades definidas pela corporação militar nas questões de segurança pública no estado. Essa insuficiência operacional, evidentemente, dificulta e muito uma ação eficaz no combate ao desmatamento e as ações rotineiras de controle policial como é de competência da companhia. São frequentes as denúncias sobre a degradação e os desmatamentos das áreas de florestas existentes fora dos limites de Caetés³⁵.

Pelo fato de ser, no momento de sua implantação, uma área pública em que não houve disputas e resistências em relação à propriedade da terra, não se observou também conflitos internos em relação ao zoneamento que definiu os tipos de uso do espaço protegido. O zoneamento preliminar³⁶, elaborado em 1991, também como consequência do programa de implantação de Caetés, indicou que nesta época foi criado o conselho administrativo da reserva. Considerou-se a criação deste conselho como um passo importante para a possibilidade da participação social na gestão ambiental. No entanto, o conselho nunca foi efetivamente instituído, em

³⁵ Além do remanescente de mata circunscrito nos limites da estação ecológica, existem outros, vizinhos, que não compõem o sistema de unidades de conservação de Pernambuco. São lugares que não foram definidos para serem transformados em áreas protegidas.

³⁶ CPRH. *Zoneamento Preliminar da Reserva Ecológica de Caetés*. Série Publicações Técnicas. n. 09. Recife: CPRH (Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração dos Recursos Hídricos), 1991. Este zoneamento é uma versão simples antecipada do plano de manejo, que como já dissemos antes não está totalmente pronto, e, portanto, não implementado. Assim como o projeto de implantação, o zoneamento também lançou mão da relação entre técnicos, cientistas e ambientalistas. Junto com o zoneamento, através de uma Portaria Interna 001/91 da SEMAC, foi instituído o Regimento Interno da Reserva Ecológica de Caetés.

decorrência das dificuldades na implementação dessa gestão³⁷.

De qualquer forma, isto não impediu a intervenção dos moradores do bairro de Caetés I nas políticas direcionadas à reserva. O envolvimento da gestora de Caetés com a comunidade local, praticado mensalmente através das reuniões sistemáticas de acompanhamento, foi um fator importante para a continuidade da participação e uma forma de ativar os mecanismos democráticos da gestão, tendo em vista que o conselho administrativo, mesmo tendo sido criado, não fora, de fato implementado, já que dependia da alocação de recursos para o seu funcionamento, dependia de uma melhor estruturação física das dependências dentro da reserva, e fundamentalmente de recursos humanos disponibilizados para fazer o conselho funcionar, com permanência.

A linha de trabalho proposto pela gestora pretendeu, segundo seu ponto de vista, estabelecer um envolvimento com o maior número possível de pessoas da comunidade, especialmente com aquelas mais próximas fisicamente (em relação ao bairro de caetés I). Ainda hoje, mesmo depois de vários anos de implementada a gestão de Caetés, a capacidade

³⁷ A Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE), através de recursos vindos do Fundo Estadual e Meio Ambiente (FEMA) tem em andamento um projeto que pretende recriar as condições de favorabilidade de implantação do conselho administrativo de Caetés, por intermédio de uma oficina de gestão participativa em unidade de conservação. O projeto, denominado Educação Ambiental e Mobilização Social como Instrumentos de Gestão Ambiental da Estação Ecológica de Caetés, tenta dar continuidade aos encaminhamentos inconclusos do antigo projeto de implementação referido anteriormente. As parcerias estabelecidas aí fazem retornar a cena ambiental os atores que historicamente estiveram envolvidos com Caetés. Ainda não se sabe, no entanto, se esta reedição de antigas parcerias garantirá de fato a execução de um plano de ação possível para uma gestão ambiental participativa tal como propõe o projeto.

administrativa da estação é extremamente reduzida. Mas na fase inicial, a equipe estava restrita exclusivamente à própria gestora, “protegida” pelos policiais da CIPOMA. Neste momento, o estranhamento causado por quem vinha de fora para tomar conta de um lugar “conquistado” pela comunidade, fez com que a gestora fosse vista como uma “forasteira” (ELIAS, 2000). Como forma de desmistificar esse estranhamento e de propor uma relação de um tipo mais democrático/carismático, a atitude tomada por ela foi a “*de chegar junto*”. Essa expressão de representantes da comunidade se deu pela estratégia de ouvir a comunidade sobre o que ela pensava e esperava da gestão.

Com esta atitude, uma linha de ação passava então a ser construída em conjunto. Os participantes estabeleceram uma relação de respeito submetido à autoridade carismática da gestora³⁸. Tratada por “doutora”, ela própria se vê como uma protetora do lugar e o papel de liderança que desempenha, exige um esforço grande por estar sempre a meio caminho dessa sua condição e da função burocrática ligada a um órgão público. Quando está “em cena” nas reuniões, ela se vê como uma “atriz dramática”(expressão por ela utilizada) construindo um papel para dar conta de uma situação de

³⁸ É preciso evidenciar que em todas as reuniões tem sempre um soldado da CIPOMA presente, não só porque também eles fazem parte do *processo educativo*, mas para garantir a “ordem”. Vale dizer que os depoimentos dados pela gestora foram sempre muito *espontâneos e demonstraram emotividade e afetividade*, em muitas passagens. Na análise, estes aspectos são fundamentais para entender a sua atuação há mais de 14 anos como gestora de Caetés (em 2018, ela ainda continua a gestora responsável pela Estação). Esta tendência *passional*, não prejudica, ao contrário fortalece a necessidade de ter que lidar com a precariedade da infra-estrutura operacional e técnica da CPRH. Em geral a racionalidade é a oposta da racionalidade instrumental e burocrática que lhe dá sustentação no trabalho técnico (cf. tese).

extrema ambivalência: despertar o interesse e o respeito comunitário, e ao mesmo tempo, de forma muito sutil, informando aos participantes que o estado não tem tanto interesse por efetivar uma gestão ambiental permanente na área. Ela se vê, portanto, ocupando um lugar paradoxal, ao mesmo tempo que se sente gratificada pela função e pelo trabalho que desempenha.

A presença e autoridade da gestora de Caetés, alcunha que recebeu pelo envolvimento intenso com o lugar, nos fez lembrar de uma confluência dos tipos weberianos de dominação (WEBER, 1995). Sua autoridade mescla os domínios da legalidade, da tradição e do carisma, de tal forma que é difícil distinguir seus traços específicos. A ênfase dada a cada uma dessas dimensões depende, no entanto, do sabor e das necessidades de cada momento, segundo os impasses ou dilemas que surgem como problemas a serem tratados na arena espontânea constituída nos encontros promovidas pela gestão.

A dimensão legal de sua autoridade fica explícita pelo exercício da função burocrática que executa como gestora, cargo estabelecido informalmente pelo órgão ambiental, a CPRH, do qual faz parte como servidora. Seu trabalho se dá dentro destas atribuições que são reguladas e estabelecidas por lei, sujeitas, portanto, à fiscalização e controle hierárquico. Em função disso, ela está sempre na observância de sua postura segundo os limites estabelecidos pela lei de improbidade administrativa, que regula as

condutas do funcionalismo público com base em *preceitos ético-normativos*. Isso faz com que ela evidencie para os participantes quais são as normas que regulam o uso das unidades de conservação de proteção integral e que elas não podem ser infringidas, sob pena de ser inviabilizado.

A eficácia burocrática do trabalho da gestora é percebida pela forma disciplinada e rigorosa com que conduz a legalidade de sua função de gestora ambiental, resguardada pela autoridade que lhe confere às instâncias administrativas de governo. Ao mesmo tempo em que isso se dá, a permanência dela por vários anos a frente da gestão de Caetés lhe conferiu igualmente a “competência” de “protetora”, de “guardiã” da estação, uma força que pelo tempo se tornou tradicional e à qual o respeito é submetido. Ela ocupa o “*lugar da mãe*” e o “*lugar do pai*” da estação, e, portanto, é detentora de um saber que antecede aos demais e que deve ser sempre consultado quando necessário se faz.

O desempenho habilidoso dessas funções e desses lugares que ela ocupa dentro de Caetés, que também se revelam em mecanismos de autoproteção, estendeu suas formas de domínio ao poder carismático, significado pela condição de “líder” que lhe é atribuída, da qual o reconhecimento e prestígio são dimensões integrantes. O carisma foi conquistado através da aptidão pela comunicação pedagógica herdada da condição anterior de professora do ensino secundário, cujo pressuposto,

como diria Weber (1995) é o de “se fazer acreditar”, ou seja, conquistar a confiança daqueles a quem se lidera, como forma de legitimar pelo máximo de tempo possível seu lugar. Os liderados esperam que ela dê conta de suas atribuições. Como ela mesma disse várias vezes em nossas entrevistas: *“Eu sou portadora de boas e más notícias”*. Isso, segundo ela, aumenta o nível de dificuldade de seu trabalho, mas ao mesmo tempo em que lhe garante - pela exposição dos fatos e pela força que sua palavra tem - a estratégia de autoprotoger-se dos limites burocráticos impostos à gestão de Caetés, mantendo, em relativo equilíbrio, o crédito que conquistou diante da comunidade.

Mesmo considerando esses aspectos limites que a “presença” da gestora coloca, é preciso considerar que ela exerce um papel de liderança. Desempenhando um papel relevante, mas limitado pela já referida ausência institucional, ela procura trabalhar com as dimensões de uma prática que envolvem valores que não são necessariamente dependentes da estrutura governamental, que se vinculam a uma filosofia de vida que embora não dispense a crítica da realidade social, e mesmo partindo dela, recorre também a uma visão “romântica”, idealizada, da relação do ser humano com a natureza. Esses valores, ela tenta trabalhar dentro do que ela concebe como “educação ambiental” e vê nisso um potencial de transformação. Para manter acesa a luta da comunidade pela gestão de Caetés, na esperança de

que este se transforme de fato num pólo de difusão de valores ambientais, estimulando a emergência e criação de novos valores e atores pela prática rememorada de velhos atores.

A gestora insiste na defesa da função ecológica de Caetés. Ela procura incutir tal conceito que não parece, todavia, ser absorvido no sentido técnico, mas apenas num sentido geral como algo, que apesar de ser público, deve ser protegido, ou seja, que deve ser preservado, e a participação não deve necessariamente implicar num uso aleatório de lazer do espaço³⁹.

Todas as expressões de domínio que a “presença” isolada da gestora denota, explica, por outro lado, a “ausência do governo, ou seja, os aspectos característicos do Estado reduzido a funções mínimas, especialmente no que diz respeito à gestão de unidades de conservação. Essa “ausência” marca certa repressão do governo e não garante à gestora autonomia, além do que já observamos, em relação ao desempenho efetivo de gerenciamento de Caetés. Deste modo, faz ver a pulverização das ações governamentais na área, que indispondo de orçamento próprio e permanente, resta

³⁹ O receio de cometer qualquer ato de improbidade administrativa é grande. Neste sentido, não são raras as vezes em que o discurso da gestora assume uma dimensão legalista-normativa, como uma forma de garantir auto-proteção e proteção à área, uma espécie de prevenção contra constrangimentos surgidos dos questionamentos dos usuários. Os argumentos normativos que tomam como base a função ecológica de Caetés são frequentemente *ambientalizados* (LEITE LOPES, 2004) como estratégia de facilitar o entendimento da lei. Pela falta de informação sobre as definições legais, apesar da “vigilância” exercida pela CIPOMA, há quem queira usar o espaço comum de forma aleatória. Isto se dá especialmente em relação ao campo de futebol que existia dentro da estação. Em acordo feito com os coordenadores de esporte, o uso do campo deve estar vinculado à educação ambiental dos grupos estudantis que participam das atividades desportivas lá realizadas. Os coordenadores se comprometem em participar das reuniões mensais da gestão e devem apoiar o serviço de fiscalização policial, funcionando como uma espécie de “terceiro olho” contra “possíveis agressores”. Mais recentemente este campo foi desativado.

dependente de ações muito pontuais, descontínuas, propostas por políticas compensatórias ou por projetos sociais do terceiro setor. O isolamento da gestora, configurado pela ausência política e orçamentária do órgão ambiental, o mesmo que definiu Caetés como área piloto prioritária do sistema estadual de unidades de conservação, a faz temer o descrédito da comunidade, alheia ao funcionamento interno da burocracia limitante das ações do governo para a área.

Neste sentido, como forma de combater a possibilidade do descrédito, as reuniões proporcionadas pela gestora abriram para a comunidade, além do acesso à Caetés, um campo de diálogo e de informações que não só dizem respeito ao conteúdo ecológico, mas também se reportam às questões mais gerais sobre a qualidade de vida nos centros urbanos. Através do debate ambiental, a gestora procura estimular o debate sobre questões agrárias, pobreza, saúde pública, infraestrutura urbana, resíduos sólidos, direitos humanos, atribuições dos órgãos públicos e democracia.

Além dos grupos esportivos comunitários, participam ainda das reuniões os grupos de escoteiros do bairro, membros de universidades vinculados a projetos e pesquisas sobre a área, líderes comunitários, representantes da prefeitura de Paulista, funcionários da CPRH, representantes da CIPOMA, membros de ONGs ambientalistas que desenvolvem algum projeto local, representantes dos artistas populares

locais e mais recentemente algumas pessoas que foram condenadas a penas alternativas para a prestação de serviço público por crime ambiental no estado. Estas reuniões não têm nenhuma competência deliberativa, todavia desempenham uma importante função pedagógica. Em meio a todas as dificuldades da gestão, elas ocupam um papel central e articulador, uma abertura voluntária ao diálogo democrático com a comunidade. O grupo não ignora, todavia, a necessidade de um planejamento estratégico para a gestão da área e sabe que só uma atitude coordenada do estado pode garantir efetivamente este tipo de gestão.

Através da figura e do trabalho da gestora de Caetés, os limites e possibilidades da área protegida são expressos dilemática e dialeticamente. Em meio à necessidade de dar sentido ao próprio trabalho, de permitir a expressividade e o relevo das potencialidades da área, irrompem, como um fator de ruptura e estagnação, os limites estruturais da política ambiental do governo e do campo ambiental em Pernambuco, caracterizados pela assistemática e assimetria dos investimentos públicos e políticos necessários à gestão de unidades de conservação. Isto não acontece somente em Caetés, mas em todas as demais áreas criadas pelo estado, visto que ao ato de criação não se seguiram os trâmites legais posteriores necessários à regulamentação e implementação desses espaços. É este um problema recorrente no que diz respeito às políticas ambientais estaduais (também

pontuam as políticas municipais). Através da “presença” institucional, o estado garante o poder de não estar presente objetivamente nesses lugares, em outros termos, mecanismos burocráticos invisibilizam e invizibilizam a política ambiental e seus sujeitos.

Esta “ausência” do Estado é justificada retoricamente com base na impossibilidade de atendimento de várias necessidades de Caetés, em função dos problemas políticos que determinam a organização dos recursos orçamentários. O estado, ao garantir sua “presença” através da gestora e da autoridade da CPRH, circunscrita pela força policial da CIPOMA, criou a possibilidade de maior controle sobre as políticas e não políticas para área, retardando, por outro lado, tanto quanto fosse de seu interesse e tanto quanto tempo levasse o processo de regulamentação e implementação da gestão ambiental. Neste sentido, o governo se utilizou dos procedimentos burocráticos para impedir uma intervenção imediata e decisiva na gestão de Caetés que até então tem sido objeto de ações pontuais compensatórias do órgão gestor, apesar de ser a única unidade de conservação sob sua gerência na Região Metropolitana do Recife⁴⁰.

Mesmo assim, Caetés se tornou o caso pioneiro no estado na implementação de unidades de conservação em áreas metropolitanas, mas era tratada, pela CPRH, como um projeto especial. A intenção desta agência

⁴⁰ Isto até 2008; neste aspecto não checamos a situação atual – isto dirá respeito a novos projetos nossos que estão sendo elaborados à luz de uma revisão ampla da tese de doutorado, que envolve um inventário das unidades de conservação em todo o Estado de Pernambuco.

era criar com isso um modelo experimental para as demais unidades estaduais. Este fato estimulou a criação de uma seção especial dentro da agência, denominada Gerência de Áreas Protegidas, em 1995.

Em 1996, a CPRH realizou uma oficina de trabalho para a redefinição da categoria de manejo da reserva. Através de uma parceria entre a FIDEM, SECTMA, IBAMA, UFRPE e UFPE, além dos representantes comunitários, foram avaliadas as características ambientais da área e as questões de ordem legal, antecipando-se, em relação aos parâmetros que seriam definidos futuramente no SNUC⁴¹.

A necessidade de recategorização se deu em consequência da ausência de legislação específica para as reservas ecológicas, a necessidade mesma de elaboração do plano manejo, e em atendimento à exigência legal da política florestal do estado⁴², embora este mesmo instrumento legal não inviabilizasse o uso desta categoria, que determinava a reclassificação das unidades de conservação em função do SNUC disponível na época. Os técnicos da CPRH, durante o processo de recategorização de Caetés, já dispunham de informações relevantes sobre o ainda não editado SNUC⁴³.

⁴¹ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, propriamente dito só foi instituído em lei, definitivamente, no ano de 2000, mas, antes, existia já um arcabouço legal que permitiu a construção deste sistema. A Lei Federal n.9.985/00 regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Esta lei foi regulamentada pelos Decretos Federais n. 3.834/01 e n. 4.340/02.

⁴² A Lei Estadual n. 11.206/95 dispõe sobre a política florestal do estado de Pernambuco.

⁴³ A lei que instituiu o SNUC em 2000 revogou o artigo 18 da lei da política nacional de meio ambiente (1981) que tratava das reservas ecológicas, alterando, portanto, o sentido do Decreto Federal n. 89.336/84 que dispunha sobre as reservas ecológicas e as áreas de relevante interesse ecológico.

A opção pela alteração da categoria de manejo se deu como forma de evitar novas recategorizações posteriores e de conflitos conceituais e funcionais em relação a outras categorias, como reserva biológica, por exemplo, e para definir mais precisamente o sentido do uso de Caetés.

Antes da conclusão do processo, em 1997, foi realizado um encontro técnico que definiu os objetivos do manejo de Caetés, seguindo um roteiro metodológico do IBAMA. Dentre os objetivos principais estavam a promoção da educação ambiental, o desenvolvimento de estudos pesquisas científicas e a proteção da biodiversidade local, assim como as áreas de mananciais, que de certa maneira possuíam elementos já previstos em leis precedentes. Em 1998, finalmente, a reserva passou a ser denominada Estação Ecológica de Caetés⁴⁴.

Considerações finais

Em alguns casos dentro da própria CPRH, é possível observar uma inter relação entre o trabalho técnico e o ambientalismo. Isso demonstra na

⁴⁴ A Lei Estadual n. 11.622/98 altera as categorias de manejo das reservas ecológicas de Caetés e Dois Irmãos, que até então são as únicas duas unidades de conservação da Região Metropolitana do Recife recategorizadas. Isso não implica dizer que todo o processo de implementação e gestão dessas áreas foi concluído, muito menos que o plano de manejo está elaborado e em funcionamento. O Parque Estadual de Dois Irmãos, que em 1987 passou a constar da lista das reservas ecológicas, é uma área controlada pela SECTMA e abriga também o jardim zoológico de Recife, fundado em 1939. Por se tratar de um parque, questão do uso público da área é completamente diferente da que foi estabelecida em Caetés. No entanto, mas talvez por essa “facilidade”, recebe um numero bem maior de pesquisadores e de visitação científica, congregando dentro de seu espaço, um centro de educação ambiental e um museu de história natural. O Parque foi fundado como Horto Florestal, em 1916 e é ainda comumente conhecido como Horto de Dois Irmãos.

história ambiental do estado uma permanente articulação entre as esferas de governo e a formação do ativismo ambientalista, como já foi apontado anteriormente (NEGREIROS, 2008).

Como forma de superar as críticas ao ambientalismo, irrompe um processo de permanente criatividade política⁴⁵ para lidar com as contingências impostas pela burocracia estatal à política ambiental. A responsabilidade do desempenho do trabalho técnico-ambiental na potencialização dos recursos, aliada ao discurso sobre a qualidade vida redireciona as questões envolvidas no problema ambiental para áreas mais sensíveis à subjetividade daqueles que se propõe à contribuir de alguma forma para a soluções desses problemas, mesmo que estes estejam para muito além da capacidade individualizada. Este é um processo de ampliação da *consciência política* necessária às transformações que o campo ambiental propõe.

De certa maneira, a conduta da gestão/gestora indica que, diante da realidade social por ela encontrada em Caetés, o espaço não admitia uma intervenção técnica de ruptura entre o lugar protegido e a população local, parte dela, usuária das áreas comuns da estação desde antes de sua implementação. Segundo, de nada adiantaria uma resposta antagônica aos desejos daqueles que ativamente compuseram o movimento da proteção ambiental de Caetés.

⁴⁵ Lembramos aqui dos termos utilizados por Guattari (2012), como caosmose, territórios existenciais, produção desejantes, subjetividades, ritornelos, rizomas etc, dentro da sua ecosofia anticapitalística. Vale ainda ler, dele e de Antônio Negri, *As verdades nômades* (NEGRI; GUATTARI, 2017).

A estação fora implantada num lugar circunscrito por muitas contingências que não podiam ser de forma nenhuma ignoradas pelos gestores. Então era fundamental, que na medida do possível, fosse incorporada ao cotidiano da estação, uma espécie de política do cotidiano do bairro, incorporada a uma política ambiental possível.

Com essa prática, seria permitido uma *escuta* das pessoas (quase clínica, assumindo todo o risco transferencial...), o ato de “*chegar junto*”, como denominou um dos partícipes. A realização deste desafio parece, no entanto, estar ligado à necessidade de estender o processo de construção dos problemas ambientais, ao conjunto das comunidades que vivem nas proximidades de Caetés. E neste sentido, o caminho da politização dos conflitos ambientais como uma dimensão culturalmente compartilhada pode indicar um caminho possível.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. *Políticas ambientais e construção democrática*. In: SILVA, Marina. et al. (orgs). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 75-96.

_____. *As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais*. in: ACSELRAD, Henri. (org). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 13-35.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. *Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro, CLACSO, 2000. (mimeo).

BECK, Ulrich. *Risk Society: towards a new modernity*. London: Sage Publications, 1992.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sexante, 2004.

BOFF, Leonardo; KRENAK, Ailton. *Natureza e sagrado: a dimensão espiritual da consciência ecológica*. In: UNGER, Nancy Mangabeira. (org). *Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 75-91.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DA FONTE, Eliane Maria Monteiro. *Reestruturação produtiva na área canavieira pernambucana: as soluções propostas e o papel do Estado*. In: WANDERLEY, M. N. B. (org). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais e rurais no Nordeste brasileiro*. São Paulo/Capinas: Polis/CERES. p.173-190.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso ou progresso como ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2000)

FERREIRA, Leila da Costa. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

_____. *Sociologia ambiental, teoria social e a produção intelectual no Brasil*. Revista Idéias. v. 2. 2001. p. 39-70.

_____. *Brazilian environmental sociology: a provisional review*. Revista Ambiente e Sociedade. v. 10. 2002. p. 27-43.

_____. Idéias para uma sociologia da questão ambiental: teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 10. p. 77-89. jun/dez. 2004. Editora UFPR.

FERREIRA, Lucia da Costa. *Os ambientalistas brasileiros, os direitos sociais e a natureza*. Revista Temáticas. v. 7.1996. p. 31-68.

_____. *O ambientalismo brasileiro nos anos 90: crise e oportunidade de mudança social*. In: FERREIRA, Lucia da Costa. *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Fapesp, 2001b. p. 57-83.

_____. *Os fantasmas do vale: qualidade ambiental e cidadania*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 2012.

HANNIGAN, John. *Sociologia ambiental: formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE LOPES, José Sergio. (coord). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

_____. *A ambientalização dos conflitos em Volta Redonda*. In: ACSELRAD, Henri. (org). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004b. p. 217-244.

LÖWY, Michael. *O que é ecossocialismo?* São Paulo: Cortez, 2014 (coleção questões de nossa época; v.54).

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.

NEGREIROS, Emílio de Britto. *Natureza Mínima – Política Ambiental e Unidades de Conservação em Pernambuco: um estudo sobre a Estação Ecológica de Caetés e a Área de Proteção Ambiental do Engenho Uchoa*. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2008.

NEGRI, Antonio; GUATTARI, Félix. *As verdades nômades: por novos espaços de liberdade*. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Politeia, 2017.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2004.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. (orgs.) *Conflitos Socioambientais em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

UNGER, Nancy Mangabeira. *O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

VILARINHO, Carlyle R. O. *O Brasil e o Banco Mundial diante da questão ambiental. Perspectivas*, São Paulo, 15: 37-57, 1992.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. (parte 2). 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Identidade social e espaço de vida*. In: WANDERLEY, M. N. B. (org). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais e rurais no Nordeste brasileiro*. São Paulo/Campinas: Polis/CERES, 2004. p. 61-74.

ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN THE CAETÉS' ECOLOGICAL STATION (PERNAMBUCO, BRAZIL)

ABSTRACT

This paper discusses the processes that allowed the constitution of an environmental field by the action of a movement in defence of the forest of Caetés, which originally emerged from popular bases. The paper highlights the movement's most important aspects that marked the socioenvironmental construction of the forest as a protected area today called Caetés Ecological Station. At the same time that it is linked to the environmental movement, the Ecological Station is the subject of an environmental policy of government that, in theory, was structured to respond to the demands of the movement. The difficulties generated by the government's "absence" did not prevent, however, the establishment of alternative forms of management that would allow a limited community participation as a defence strategy and pressure for an environmental policy in the area.

KEYWORDS

Environmental conflicts. Environmental Sociology. Caetés' Ecological Station.

